

Editorial

ATO MÉDICO, ATO DE TODOS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aprovou recentemente o Projeto de lei do Ato Médico, que trata do exercício da Medicina, com modificações importantes. Os senadores acolheram o relatório do senador Antonio Carlos Valadares, que modificou o substitutivo aprovado pela Câmara. O texto precisa ainda passar pelas comissões de Educação e a de Assuntos Sociais antes de ir a Plenário.

Os dez anos de tramitação do projeto no Congresso revelam a dimensão das disputas em torno da matéria, que determina atividades privativas dos médicos. O projeto em curso no Congresso Nacional mantém como privativa dos médicos a "formulação de diagnóstico nosológico", para determinar a doença, mas retirou essa exclusividade para diagnósticos funcional, psicológico e nutricional, além de avaliação comportamental, sensorial, de capacidade mental e cognitiva.

O grande problema do projeto ainda continua sendo dar aos médicos o direito exclusivo de fazer o diagnóstico das doenças e a respectiva prescrição terapêutica. Se aprovado dessa forma, o Conselho Federal de Medicina poderá entrar com várias medidas judiciais proibindo os profissionais da saúde de atender seus pacientes, sem uma prescrição médica. Isso acabaria com o livre acesso da população aos serviços desses profissionais. Para evitar uma proteção que avaliamos corporativista é preciso promover ainda uma alteração, fundindo o parágrafo 6º e 7º do artigo 4º do projeto de lei.

Assim, o texto passaria a ter a seguinte redação: "O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação, **[acréscimo] devendo ser aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional, acupunturista e técnico e tecnólogo de radiologia**".

Acresça-se a essa reivindicada formulação de preservação das competências técnicas e clínicas das diversas profissões em saúde, a necessária revisão da privacidade dada ao médico no exercício das atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão, desde que vinculadas, de forma imediata e direta a procedimentos médicos.

É verdade que um parágrafo único tenta esclarecer que essa exclusividade não se aplica à direção de serviços de saúde, amplamente considerados. Mas não temos nenhuma dúvida que em um conflito de interesses corporativos na gestão, por exemplo, de um hospital, médicos invocariam essa legislação em nome da privacidade atribuída.

A organização de sistemas e serviços de saúde estará gravemente prejudicada em suas possibilidades de melhor e necessária construção coletiva e plural, a permanecer essa distorção na regulamentação do ato médico tal como está prestes a ir a voto plenário no Congresso Nacional. A APSP se manifesta frontalmente contrária ao texto do PLS 25/2002, tal como está.

Diretoria e Conselho Deliberativo da APSP

[CLIQUE AQUI e veja os principais pontos polêmicos.](#)

[CLIQUE AQUI e veja o quadro comparativo do PROJETO DO ATO MÉDICO.](#)

Associe-se à APSP www.apsp.org.br



Notícias APSP – Maio 2012

APSP 40 anos

O SUS em Debate: Ciclo de Aulas Abertas na USP

A APSP, em parceria com o Instituto de Psicologia, a Faculdade de Saúde Pública e a Escola de Enfermagem da USP, realiza o evento O SUS em Debate: Ciclo de Aulas Abertas na USP, que debate as políticas de saúde no Brasil.

A primeira atividade teve Paulo Capucci, presidente da APSP, como professor convidado. Capucci abordou o tema *Rupturas Necessárias para o avanço do SUS*.

Ricardo Teixeira, da Faculdade de Medicina da USP, abordou o tema *Políticas Governamentais: Estratégias Atuais para a Implementação do SUS na segunda atividade*.

Modalidades de Gestão de Serviços Públicos de Saúde foi o tema abordado por Gonzalo Vecina Neto, da FSP/USP, na terceira atividade do Ciclo de Aulas Abertas na USP.

A quarta atividade teve como professora convidada Marília Louvison (IS-SES/SP e vice-presidente da APSP) que tratou do tema *Envelhecimento e Desigualdades em Saúde*.

O Ciclo de Aulas Abertas prossegue nessa semana.

O professor Emerson Merhy é o convidado do dia 15, no IP/USP, e fala sobre Saúde e Direitos na Perspectiva do SUS, às 13h30. No dia 16, Francisco Batista Júnior trata do tema Modalidades de Gestão de Serviços Públicos de Saúde e no dia 17 Cássia Baldini Soares fala sobre Juventude e o Consumo de Drogas. As duas últimas aulas serão na FSP/USP, às 14 horas.

Os eventos são gratuitos.

A inscrição deverá ser feita no dia e no local do evento.

Serão fornecidos certificados aos participantes.

As aulas são transmitidas via internet pelo [IPTV/USP](#).

Veja [aqui](#) o vídeo da primeira aula, *Rupturas Necessárias para o Avanço do SUS*.

Associe-se à APSP www.apsp.org.br



Associe-se à APSP www.apsp.org.br

Dia Nacional da Luta Antimanicomial

No dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, será realizado um ato com concentração no vão livre do Masp, às 13 horas. A concentração pública tem como tema *Saúde não se vende! Loucura não se prende! Quem tá doente é o sistema social!*

A APSP apóia.

Saiba mais [aqui](#).



Dupla Porta

No próximo dia 15, a Lei da Dupla Porta vai a julgamento. A segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo vai julgar o agravo de instrumento proposto pelo governo do estado contra a liminar concedida ao Ministério Público, em ação civil pública, que impede a entrega de 25% dos leitos de hospitais públicos para particulares e planos de saúde. A APSP é uma das signatárias da ação.

A lei estadual 1131/2010, conhecida como lei da Dupla Porta, permite a venda para particulares e planos de saúde de até 25% dos leitos de hospitais públicos administrados por Organizações Sociais de Saúde (OSS). Saiba mais [aqui](#).



Notícias APSP – Maio 2012

Anuidades 2012

A APSP vai enviar em junho os boletos relativos à **anuidade de 2012**. Para que a nossa entidade se fortaleça e cumpra a sua missão, é fundamental o seu apoio, efetuando o pagamento com brevidade.

Conselho Municipal de Saúde de São Paulo

Após longo embate, Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo, publicou decreto que valida as eleições realizadas no Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2012/2013. Na época, houve mudanças em cima da hora nas regras do processo de escolha da composição do Conselho. A prefeitura tentou mudar o número de conselheiros, de 32 para 64. Como não houve acordo, os antigos conselheiros foram mantidos no cargo, mas se recusaram a permanecer na função. O Conselho Municipal de Saúde considera uma vitória a publicação do decreto, após atitude autoritária de tentativa de invalidação das eleições.

Saúde na Mídia: GTCOM no GVSaúde

Integrantes do GT Comunicação e Saúde estiveram presentes em debate promovido pelo GVSaúde, da Fundação Getúlio Vargas. O debate

Saúde na Mídia contou com as participações de Cláudia Collucci, repórter especial da Folha de São Paulo e Fabiane Leite, produtora do programa Bem Estar da Rede Globo. Ambas falaram sobre a cobertura de saúde na mídia. Veja mais [aqui](#).

Agenda APSP

Reunião de diretoria

Quando: 4 de junho, às 19 horas

Onde: sede da APSP

Reunião do GT Comunicação e Saúde

Quando: 23 de maio, às 21 horas

Onde: reunião virtual no grupo do [facebook](#).

Ciclo de Aulas Abertas na USP:

Quando: 15, 16 e 17 de maio

Onde: IP/USP e FSP/USP

Veja mais em matéria nesse boletim.

Associe-se à APSP

A sustentabilidade da APSP depende do apoio de todos nós. **Associe-se à APSP.** Acesse o site www.apsp.org.br. É fundamental o seu apoio para que possamos manter a nossa entidade viva e atuante!

A APSP nas redes sociais



Associe-se à APSP www.apsp.org.br
